

AUTÁRQUICAS 2025

ACORDO DE COLIGAÇÃO PARA LISBOA (2025–2029)

Lisboa atravessa um momento decisivo.

Após quatro anos de má gestão e decisões que resultaram num grave retrocesso nas condições de vida e na vivência diária da cidade, é tempo de resgatar o desígnio de uma cidade justa, viva e sustentável, onde todas e todos possam viver, criar raízes, construir comunidade. Uma cidade europeia à altura das suas congéneres em bem-estar e qualidade de vida, justiça social e ambiental.

Esta ambição, mais do que gestão, exige uma visão; e essa visão tem de vir do campo progressista, humanista e ecologista, das forças que acreditam que a cidade é feita de pessoas para pessoas, de bem-estar e de afetos, de encontros, e sobretudo, da defesa do bem comum.

É altura de nos unirmos.

Porque nenhuma força isolada poderá dar resposta à escala dos desafios que Lisboa enfrenta, e porque não podemos deixar o destino da cidade entregue somente a quem a vê como mercado, como vitrine, ou como palco para guerras culturais. Lisboa precisa de cuidado, de transformação e de futuro. Esse futuro constrói-se com a coragem de mudar de rumo, mudar de políticas.

O bem-estar e a qualidade de vida dos lisboetas devem estar no centro do debate político.

A crise da habitação compromete a vida presente e o futuro dos lisboetas. Rendas incombustíveis, a expulsão silenciosa de quem nasceu ou escolheu Lisboa para viver, ou a falta de estabilidade especialmente para os jovens — tudo isto fere a cidade e a democracia na sua essência. Viver com medo de perder a casa, sem poder planear a vida, sem ter onde criar família, é viver sob constante ansiedade.

As temperaturas extremas, potenciadas pelas alterações climáticas e a escassez de espaços verdes, não são apenas questões ambientais — são questões de saúde pública. A dependência estrutural do automóvel, fruto de uma rede de transportes públicos ainda pouco competitiva e fiável, traduz-se em mais poluição, mais ruído, mais stress, e consequentemente, menos saúde. A ausência de espaços de encontro — jardins, praças, recantos com sombra onde se possa apenas estar — acentua o isolamento, o desconhecimento entre vizinhos, o esvaziamento do tecido comunitário.

Por isso, mais do que construir um programa, é preciso construir um compromisso no qual os lisboetas sejam os protagonistas da transformação da cidade. Lisboa precisa de um novo impulso cívico, onde cada pessoa possa sentir que tem lugar, voz e poder para construir uma cidade mais justa, mais saudável e mais sustentável. Uma cidade onde viver não seja um privilégio, mas um direito; onde todos possam contribuir ativamente para uma visão comum, ambiciosa e enraizada na esperança; onde o conhecimento, a inovação e a participação não sejam bandeiras vagas, antes práticas adquiridas.

Temos propostas, ideias e obra feita.

Mas, mais do que isso, temos a obrigação de impedir que o medo e a frustração tomem conta da cidade. Lisboa precisa de uma coligação que some, que agregue, que inspire; que devolva às pessoas a convicção de que uma gestão dedicada e competente é possível, e sobretudo, que é possível uma construção partilhada de um município mais justo, mais verde, mais democrático e com melhor qualidade de vida.

É tempo de agir.

É tempo de mostrar que ambicionamos muito mais para Lisboa. Inspirados pelas palavras de Jorge Sampaio: "temos de descobrir novas formas de agir e mobilizar os que têm de ser mobilizados, no interesse pela coisa pública".

Este é o tempo de unir as forças progressistas para construir uma cidade onde todas as pessoas contam, onde os bairros são vividos com dignidade, e onde a ação política devolve esperança à população.

É tempo de acreditar que é possível construir, com exigência e esperança, uma cidade que dá resposta aos problemas das pessoas e que eleva as suas aspirações por um futuro melhor.

As forças políticas subscritoras deste Acordo de Coligação convergem numa visão partilhada para um novo ciclo de governação da cidade. Queremos devolver a Lisboa o seu papel de referência e a sua capacidade transformadora, com base em políticas públicas de qualidade, centradas nas pessoas, assentes no conhecimento e orientadas para a transição ecológica, digital e social, sem deixar ninguém para trás.

Lisboa com Futuro de Bem-Estar, Qualidade de Vida e Habitação

Viver bem em Lisboa deve ser um direito e não um privilégio. A cidade deve garantir condições dignas para viver, estudar, trabalhar e envelhecer, com especial atenção às populações mais vulneráveis, e ao reforço da vida nos bairros. Acordamos nos seguintes pontos:

- Desenvolver uma nova estratégia para a habitação, avançando-se com o reforço efetivo da habitação pública e de políticas de renda acessível, retomando as operações de Renda Acessível que ficaram bloqueadas no mandato cessante e recorrendo a parcerias com outras entidades públicas, privadas e cooperativas.
- Defender uma política de habitação que garanta que pelo menos 20% das casas em Lisboa sejam públicas; a utilização de património municipal de acordo com critérios sociais, o recurso a incentivos fiscais e benefícios urbanísticos responsáveis para a

construção, e a dinamização das cooperativas sociais de habitação, ou privadas com preços acessíveis e financiamento através do agravamento do IMI dos devolutos.

- Criar um Programa Municipal de Reabilitação e Erradicação dos Devolutos na cidade de Lisboa, que inclua o levantamento de Edifícios devolutos e terrenos vazios, públicos e privados, junto com a divulgação de uma plataforma de contribuição cidadã onde a população pode identificar novos devolutos para manter a base de dados da CML permanentemente atualizada, criando mecanismos de fiscalização e notificação automática dos proprietários dos imóveis devolutos a partir da base de dados co-construída.
- Desenvolver um programa de requalificação de edifícios e dos espaços comuns em bairros municipais, incluindo um programa de instalação / reparação / manutenção de elevadores
- Estudar soluções de habitação alternativa – madeira, modulares, amovíveis – como forma e resposta célere para problemas de habitação
- Envidar todos os esforços ao alcance do município, no âmbito das suas competências, para reduzir os impactos ambientais e para a saúde pública do Aeroporto Humberto Delgado, designadamente promover a abolição dos voos noturnos e não permitir o aumento do tráfego aéreo.
- Iniciar um debate inclusivo e participativo, agregando contribuições técnicas, académicas e populares sobre o futuro dos terrenos do Aeroporto Humberto Delgado.
- Implementar o Zonamento inclusivo de forma a manter a quota de 25% reservada para Renda Acessível ou pública em novos empreendimentos considerados operações urbanísticas de impacte relevante, incluindo esta definição na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).
- Rever o Plano Diretor Municipal de Lisboa, de forma verdadeiramente participada e aberta, capacitando a cidade para resolver o problema da habitação.
 - Avaliar, conter e regular os efeitos do turismo de massas na cidade, revendo o PDM para impedir a conversão de habitação em uso turístico, criando indicadores e regras que impeçam a saturação de hotéis e outras unidades turísticas onde se verifique excesso de oferta.
 - Implementar no PDM uma visão integrada para a mobilidade, garantindo a diversidade funcional e disponibilidade de serviços dos diferentes bairros.
 - Acabar com as bolsas de pobreza e segregação sócio urbanística.
 - Reforçar a infraestrutura verde e ecológica da cidade, para dar suporte à biodiversidade e mitigar o efeito das alterações climáticas e outros riscos naturais.
 - A revisão do PDM deve contemplar a integração de áreas destinadas à agricultura urbana de pequena escala, para criação de hortas comunitárias geridas por grupos de cidadãos ou por cooperativas locais.

- Reforçar a rede de creches, lares, centros de dia e equipamentos desportivos
 - Criar unidades móveis de saúde, um programa municipal de rastreios de doenças crónicas e promover respostas municipais de apoio psicológico gratuito.
 - Reforçar programas sociais que respondam a populações vulneráveis, melhorando as suas condições e diminuindo problemas de saúde pública.
 - Garantir transportes gratuitos dedicado para idosos para deslocações casa-centros de saúde/hospitais.
 - Apoiar a criação de mais lares e residências para idosos, em parceria com instituições públicas e privadas e IPSS
-
- Reforçar a rede de centros de dia, com um plano de expansão, a médio e longo prazo, com o objetivo de assegurar a existência de um centro de dia em cada bairro.
 - Reforçar o policiamento de proximidade.
 - Revitalizar os espaços públicos de Lisboa através de um plano integrado de melhoria da higiene urbana, iluminação, arruamentos e manutenção regular.
 - Investir em respostas habitacionais para pessoas em situação de sem-abrigo, reforçando e melhorando as respostas habitacionais temporárias e, sobretudo, investindo em respostas estruturais e permanentes, garantindo-lhes o acesso a habitação individualizada e apoio de equipa especializada, como acontece no modelo “housing first”, promovendo assim uma verdadeira integração das pessoas na comunidade e combatendo o estigma social.
 - Melhorar a eficiência do Sistema de Gestão de Resíduos:
 - Colocar sistemas digitais em viaturas e contentores, com vista à análise e processamento de dados, potenciando alterações no processo de recolha de resíduos.
 - Promover um sistema integrado de recolha das solicitações e contributos dos munícipes, gestão de ocorrências e respetivo encaminhamento, gestão de situações urgentes e capacidade dos contentores, etc.

Lisboa com Futuro Sustentável

Enfrentar a crise climática exige coragem e ação local. Lisboa deve ser capaz de garantir qualidade de vida no presente sem comprometer o futuro. Mais do que responder às alterações climáticas, é necessário liderar uma transformação justa, que promova políticas

de inclusão, saúde e bem-estar, e a igualdade de oportunidades. As cidades concentram desafios ambientais e sociais, mas também têm uma enorme capacidade de inovação e mudança; por isso, defendemos políticas integradas nas áreas do ambiente, mobilidade, habitação e energia, com especial foco nos transportes públicos, na mobilidade dos residentes e na valorização do património natural. A transição ecológica só será bem-sucedida se for socialmente justa e não deixar ninguém para trás. Para isso, entendemos ser necessário:

- Melhorar e acelerar o transporte público na cidade de Lisboa:
 - Garantir o transporte público gratuito para residentes, com reforço da Carris e da rede metropolitana.
 - Alargar os horários, designadamente durante o período da madrugada
 - Expandir a rede de Corredores BUS, e a priorização do transporte público em toda a Rede da Carris e Carris Metropolitana, executando o programa Corredores Livres, para uma melhor acessibilidade dos transportes públicos na cidade de Lisboa.
 - Rever a rede Carris com base num estudo de pobreza na mobilidade, que vise mitigar as desigualdades territoriais no acesso à rede de transportes da cidade e reduzir as assimetrias de mobilidade na cidade de Lisboa, incluindo o conforto das paragens.
 - Expandir a rede de elétricos a mais zonas da cidade, incluindo a reativação de linhas históricas e a criação de novos percursos, com prioridade à circulação em canais dedicados.
 - Melhorar os terminais multimodais da cidade, com base nas aprendizagens do projeto RESTART, integrando princípios de desenho multimodal, acessibilidade universal, conforto climático, orientação clara e articulação com outros modos de transporte, tornando-os interfaces de mobilidade do futuro e com outros serviços que beneficiem as comunidades locais, como cafés, bibliotecas, centros de saúde, creches, salas de estudo, zonas verdes ou espaços culturais.
- Dar prioridade à segurança rodoviária concretizando a proposta “Zero Mortes nas Ruas de Lisboa” com o objetivo de eliminar mortes e feridos graves dentro da cidade e reduzir ao máximo o número de acidentes, priorizando a circulação dos peões, utilizadores de mobilidade suave e transportes públicos, aumentando a fiscalização, promovendo campanhas de sensibilização de boas práticas por todos os utilizadores do espaço público.
- Reduzir a velocidade de circulação na cidade em certas zonas da cidade, designadamente, zonas residenciais.
- Criar uma Rede de Refúgios Climáticos em Lisboa, identificando e adaptando jardins, bibliotecas, pátios e outros espaços públicos e combinando espaços verdes, elementos de água e sombra em infraestrutura urbana.

- Recuperar e expandir o programa “A rua é sua”, abrindo uma rua às pessoas aos domingos, em todas as freguesias da cidade para reforçar os laços das comunidades com os seus bairros.
- Promover a transição energética, melhorando a eficiência energética e a descarbonização das habitações e edifícios, concretizando a Carta de Potencial Solar de Lisboa, e concretizar o “Programa Ecológico de Reabilitação dos Bairros Municipais”.
- Promover a constituição de Comunidades de Energia Renováveis (CER), bem como Comunidades de Cidadãos para a Energia em Lisboa, maximizando o potencial solar das coberturas da cidade, nomeadamente nos bairros municipais, tornando o município e as empresas municipais em participantes ativos destas comunidades, como produtores e consumidores preferenciais de energia renovável.
- Criar uma rede de casas de banho públicas em Lisboa, com cobertura territorial equilibrada e condições adequadas de higiene, acessibilidade e horários alargados, assegurando o seu funcionamento regular como parte essencial da infraestrutura urbana da cidade.
- Concluir o Plano Geral de Drenagem de Lisboa reforçando a execução de bacias de retenção e outras soluções baseadas na natureza.
- Aprovar um programa municipal de energia renovável e um plano municipal de arborização da cidade.
- Aprovar novas estratégias para o Ambiente e Sustentabilidade e Prevenção e Saúde.
- Elaborar a Estratégia para a Biodiversidade de Lisboa 2030 e o respetivo Plano de Ação, prevendo ações de regeneração natural e renaturalização da cidade e área de influência no estuário do Tejo, articuladas com os restantes municípios da AML.
- Realizar uma auditoria para avaliar o impacto da qualidade do ar na saúde, visando respostas que que convirjam com compromissos assumidos por Lisboa enquanto Capital Europeia Verde e no quadro do objetivo de neutralidade carbónica até 2030, incluindo: a criação:
 - Estudar a criação, de forma participada e faseada, uma Zona de Emissões Reduzidas (ZER) na Baixa, assegurando acesso a residentes, cargas e descargas e transporte público, transporte de emergência e serviços essenciais.
 - Expandir a rede de mobilidade suave a toda a cidade, executando o programa Vias da Liberdade, incluindo a cobertura pela rede Gira de forma equitativa a todos os bairros da cidade.
 - Criar uma nova app oficial da GIRA com código aberto, construída com participação cidadã e princípios de inovação pública, software livre e

transparência. Garantir interoperabilidade metropolitana, segurança digital e independência tecnológica.

- Generalizar o estacionamento protegido para bicicletas de residentes, expandindo a Rede de Biciparks garantindo um bicicletário seguro a menos de 10 minutos a pé da sua habitação.
 - Apoiar a autonomia e o conforto da população idosa com mobilidade condicionada
 - Criar um programa municipal de apoio à partilha de automóvel cooperativo (carsharing) entre residentes
 - Implementar a instalação de coberturas solares em todos os parques de estacionamento públicos e privados da cidade de Lisboa com área igual ou superior a 1.500 m², assegurando que pelo menos 50% da superfície destinada a estacionamento seja coberta com painéis fotovoltaicos.
 - Regular a circulação e estudar a contingentação e a eletrificação de Tuk Tuk e de TVDEs
 - Implementar o Programa Veredas de Lisboa para arborização e renaturalização das ruas, transformando-as em caminhos mais acessíveis, seguros, confortáveis e sombreados, que funcionem também como refúgios climáticos, suporte à biodiversidade, reforcem a infiltração de água e mitiguem o efeito das ondas de calor.
- Concretizar um Regulamento do Bem-estar Animal para Lisboa, reconhecendo e tratando de forma mais eficaz todas as questões relativas à relação da cidade com os animais que nela habitam, sejam estes animais de companhia, com ou sem tutela, integrados ou assilvestrados, bem como animais de outras espécies domésticas ou selvagens, que ocorram na cidade.

Lisboa: Uma cidade com futuro económico e que cria valor

Uma cidade com futuro económico valoriza a sua base produtiva, promove emprego de qualidade e distribui o crescimento por todo o território, criando novas centralidades, assentes na promoção de uma economia diversificada, ancorada no comércio local, na inovação urbana e num turismo equilibrado.

Os partidos subscritores do Acordo, pretendem que se compatibilize atividade económica com coesão social e bem-estar, garantindo que Lisboa se desenvolve de forma justa e resiliente, através dos seguintes pontos:

- Valorizar a qualidade do turismo urbano com redistribuição territorial e com incentivos municipais para a requalificação das atividades turísticas, designadamente criando

uma certificação pública de turismo responsável que valorize o bem comum e as relações justas.

- Rever e atualizar o Regulamento Municipal de Alojamento Local (AL) e as limitações ao registo de novos alojamentos locais, reforçando os meios e a equipa de fiscalização da operação e incumprimentos das licenças de AL, criando ferramentas de monitorização e denúncia do AL a operar sem licença.
- Criar novas centralidades e apoio ao comércio local e à economia de bairro.
- Lançar um estudo sobre a capacidade de carga turística da cidade de Lisboa e por zona cujos resultados apoiem a definição das políticas de licenciamento de unidades turísticas e criem respostas ao impacto do turismo.
- Fomentar redes de microempreendedores, economia social e projetos de inovação urbana, fomentar o cooperativismo local e o desenvolvimento económico de base solidária e comunitária, através de um programa de apoio financeiro e técnico à criação de cooperativas, a sua manutenção e crescimento.
- Implementar mecanismos eficazes de fiscalização da atividade noturna, com equilíbrio entre direitos dos moradores e agentes económicos, com especial enfoque na redução do ruído através do plano municipal de redução de ruído, com medidas para a redução e mitigação do ruído provocado por automóveis, motociclos e aviões, entre outras fontes de ruído, em articulação com freguesias e município.
- Promover e apoiar o comércio local através de um programa de divulgação das empresas locais e incentivos económicos ao investimento na economia local;
- Atribuir temporariamente terrenos sem uso imediato — terrenos sem utilização ou espaços municipais à espera de licenciamento — a cooperativas agrícolas ou multisectoriais, para criação de hortas urbanas agroecológicas e projetos comunitários de produção alimentar.
- Criar um programa municipal de apoio técnico e financeiro à constituição de Fundos de terrenos comunitários (Community Land Trusts CLT), prevendo também a cedência ou venda de imóveis e terrenos públicos a estas entidades.
- Criar o programa municipal “Lojas com Impacto”, para reconhecer e apoiar lojas recentes com forte enraizamento local e impacto social, cultural e ambiental, complementando o programa “Lojas com História”;
- Criar a Oficina 3R — Reutilizar, Reparar, Re-imaginar — um Centro de Valorização de Resíduos de Lisboa, onde a comunidade pode entregar, recolher e transformar materiais reutilizáveis, como madeiras, mobílias e eletrodomésticos.

Lisboa com Futuro Digital e Mais Próxima

A transição digital é uma oportunidade para tornar Lisboa mais eficiente, acessível e participativa. Esta missão assenta numa visão de cidade inteligente centrada nas pessoas,

onde a tecnologia melhora a vida quotidiana, aproxima os serviços dos cidadãos e reforça a democracia. Apostamos na inclusão digital, na simplificação administrativa e na construção de uma cidade em rede. Propomos o seguinte:

- Desenvolver a Plataforma de Bairros Inteligentes e reunir numa única aplicação "Lisboa Próxima" todas as aplicações existentes, incluindo para serviços em 15 minutos,
- Promover a simplificação administrativa com uso de IA e reforçar a transparência nos procedimentos municipais, introduzindo tempos máximos de referência
- Reforçar o serviço de informação e apreciação de operações urbanísticas para cidadãos e empresas, reduzindo o período de apreciação prévia dos processos (licenciamento, pedidos de informação prévia, etc) e tornando mais ágil o apoio técnico prestado a cidadãos e a empresas.
- Desenvolver uma Estratégia Municipal para o Digital, baseada em software livre, dados abertos, interoperabilidade e controlo democrático das tecnologias. Esta estratégia deve promover infraestruturas digitais públicas, combater a dependência das grandes plataformas e fomentar serviços digitais geridos localmente, reforçando a transparência, a autonomia tecnológica e os direitos digitais dos cidadãos.
- Criar um programa de formação digital para todas as idades e apoio à inclusão digital.
- Adotar um novo modelo de Orçamento Participativo reativado e modernizado com componentes digitais.

Lisboa com Futuro Democrático, Progressista e Inclusivo

Uma Lisboa mais democrática é uma cidade com cidadãos mais ativos, instituições mais transparentes e comunidades mais organizadas. Reforçar a democracia é criar canais de escuta, valorizar o associativismo e dar poder real às comunidades. Num tempo em que as instituições enfrentam inúmeros desafios e são permanentemente testadas, é urgente aproximar o poder local dos cidadãos, garantir maior transparência, e reconhecer o papel estratégico da sociedade civil na definição de políticas públicas. Defendemos uma capital com mais participação cidadã, serviços municipais mais próximos e inclusivos, e bairros onde todas as vozes contam. Uma cidade verdadeiramente democrática precisa de instituições abertas e de uma cidadania ativa. A democracia local será quotidiana, próxima e efetiva. Para isso, propomos:

- Alargar o programa BIP/ZIP e o apoio ao associativismo de base, designadamente tornando-o mais estável numa lógica plurianual.
- Promover a participação cidadã digital e presencial como pilar da governação municipal.

- Reforçar os instrumentos de participação cidadã, designadamente o orçamento participativo.
- Aprovar a Carta do Direito à Cidade, com obrigações públicas e canais de reclamação cidadã.
- Rever o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa, reforçando uma ação intersectorial e centrada na pessoa imigrante.
- Reforçar a defesa da pessoa com deficiência, promovendo políticas inclusivas nas áreas social, cultural, lazer, educação e formação, incluindo a garantia da acessibilidade a espaços e transportes públicos, edificações, residências e equipamentos urbanos, eliminando as barreiras multi factoriais.
- Elaborar o Plano Municipal de Combate à Pobreza de forma a executar a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em articulação com os restantes municípios da Área Metropolitana de Lisboa.
- Desenvolver um programa comunitário de apoio domiciliário a pessoas mais idosas , com particular atenção para os casos de isolamento e solidão indesejada, envolvendo associações e organizações, profissionais de saúde, comunidade, familiares e cuidadores.
- Criar um sistema de levantamento e registo dos cuidadores informais a nível local, facilitando o acesso aos serviços sociais e de saúde primários.

Lisboa como Cidade Capital da Educação e do Conhecimento

A educação é o motor de um futuro mais justo, sustentável e inovador. Esta missão coloca a aprendizagem ao longo da vida no centro das políticas municipais, promovendo a qualidade das escolas, a igualdade no acesso, a valorização dos profissionais da educação e a ligação do conhecimento às necessidades da cidade. Lisboa será uma cidade que aprende, partilha e cuida.

A cultura é um pilar fundamental da identidade, coesão social e projeção internacional de uma capital europeia. Mais do que expressão artística, é uma força transformadora que gera conhecimento, participação cívica, inclusão e desenvolvimento económico. Uma política cultural ambiciosa deve garantir o acesso universal à criação e fruição cultural, apoiar de forma estrutural os profissionais e espaços independentes, proteger e dinamizar o património, e valorizar a cultura como bem comum. A cultura deve estar presente em todas as freguesias e ser reconhecida como uma prioridade transversal — ligada à educação, à juventude, ao turismo sustentável e à inclusão social. Lisboa deve afirmar-se como uma cidade criativa, democrática e cosmopolita, onde a cultura é motor de desenvolvimento e coesão.

Para tanto, propomos:

- Garantir o acesso universal à educação pré-escolar a partir dos 3 anos.
- Reforçar os apoios desde o pré-escolar até à universidade, designadamente bolsas para estudantes em situação de carência económica:
- Requalificar a rede escolar com prioridades ambientais e de bem-estar. Criar o programa Escolas Solares, equipando os edifícios escolares com painéis fotovoltaicos, promovendo comunidades de energia que tornem as escolas espaços energéticos positivos, capazes de partilhar excedentes com projetos do bairro.
- Criar espaços de estudo aberto 24h para apoio aos estudantes, em parceria com as universidades e utilizando infraestruturas já existentes (por exemplo, bibliotecas municipais);
- Criar o programa municipal Escolas Vivas, abrindo as escolas à comunidade fora do horário letivo, como centros multifuncionais que acolham cozinhas partilhadas para pequenos negócios, cantinas comunitárias com refeições locais e acessíveis, hortas comunitárias e refúgios climáticos, bem como aulas de português para estrangeiros e reuniões de vizinhos e associações locais.
- Assegurar a gratuidade e melhoria da qualidade das refeições escolares.
- Atribuir bolsas para frequência do ensino artístico nas escolas públicas e programas de ocupação de tempos livres.
- Recuperar a memória histórica da cidade, designadamente através da construção das novas instalações do Arquivo Municipal, modernizar a versão digital do Arquivo Municipal, e criar o Arquivo Arqueológico digital da cidade.
- Elaborar uma Carta Municipal de Cultura, em colaboração com todos os operadores do setor.
- Reforçar o orçamento municipal para a cultura.
- Criar um Cartão Cultura para garantir o acesso gratuito dos jovens a equipamentos culturais (municipais).
- Criar um programa de apoio plurianual às estruturas artísticas independentes.
- Alargar a oferta cultural gratuita, designadamente junto dos jovens.
- Descentralizar e diversificar a programação cultural e ampliar o programa de residências artísticas
- Reforçar o apoio às associações desportivas locais, reconhecendo o seu papel essencial na promoção da saúde, inclusão social e coesão comunitária e promovendo condições justas para o seu crescimento e sustentabilidade.

- Criar novos polos culturais criativos e cívicos, destinados à produção e criação cultural - Casas da Criação e Armazéns de Cultura - tendo por base infraestruturas já existentes
-

Acordo de Coligação

A. O presente Acordo de Coligação destina-se a enquadrar a coligação celebrada a nível autárquico entre o Partido Socialista (adiante designado por PS), o Partido LIVRE (adiante designado por LIVRE), o Partido Bloco de Esquerda (adiante designado por BE) e o Partido Pessoas Animais e Natureza (adiante designado por PAN), definindo um conjunto de normas enquadradoras a aplicar nas eleições autárquicas para o município de Lisboa em 2025 e durante o mandato autárquico 2025-2029.

B. Os partidos subscritores declaram desde já a sua disponibilidade para analisar a adesão à presente coligação de cidadãos independentes e movimentos de cidadãos de matriz progressista.

C. O acordo de incidência eleitoral assume a forma de coligação entre o PS, LIVRE, BE e PAN, adotando a designação “Viver Lisboa” e a sigla “PS.L.BE.PAN”.

D. A ordem de apresentação das siglas e símbolos dos partidos será a mesma em todas as listas candidatas aos vários órgãos autárquicos no município (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia), de acordo com a representatividade definida.

E. Os partidos subscritores elaborarão um programa comum de governação municipal no qual se incluirão os compromissos assumidos acima.

F. O programa de governo municipal, uma vez aprovado por todos os subscritores, passará a constituir parte integrante do presente Acordo.

G. Os membros da coligação “Viver Lisboa” assumem publicamente o compromisso com a estabilidade, lealdade e resolução concertada de divergências, procurando sempre a coesão da coligação.

H. O Acordo traduz-se no compromisso de viabilização de medidas, que concretizarão o presente acordo, devidamente escalonadas temporalmente, mediante a aprovação dos instrumentos de gestão previsional do Município (Plano de Atividades e Investimento, Orçamentos, Contas, Plano Diretor Municipal, bem como, outros planos ou documentos estratégicos de âmbito global ou sectorial), do exercício dos poderes tributários do Município, da organização dos serviços municipais e do exercício dos poderes relativos às entidades que integrem o Setor Empresarial Local do Município e da política de gestão do património imobiliário da cidade.

I. O Acordo abrange a apresentação de listas conjuntas para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, sendo todas as listas constituídas por cidadãos independentes ou filiados nos partidos da coligação.

J. Na lista candidata à Câmara Municipal de Lisboa a inclusão dos candidatos do LIVRE, BE e PAN será feita de acordo com o Anexo A, tendo em conta critérios de representatividade das forças políticas e de paridade entre homens e mulheres que todos os partidos se comprometem, sendo que todos os partidos asseguram pelo menos um lugar nos 8 primeiros.

K. Na lista candidata à Assembleia Municipal de Lisboa a inclusão dos candidatos do LIVRE, BE e PAN será feita de acordo com o Anexo A. Os eleitos do PS, LIVRE, BE e PAN constituirão Grupos Municipais Autónomos.

L. Nas listas candidatas às freguesias, seguindo um princípio de continuidade dos executivos em funções, os candidatos e candidatas do LIVRE, BE e PAN serão integrados nas Assembleias de Freguesia, com especial incidência naquelas onde ocorrerem eleições primárias internas (caso do LIVRE), mantendo pelo menos a representatividade existente dos partidos no mandato autárquico 2021-2025. Sempre que houver uma maioria da coligação, os eleitos devem procurar formar um executivo da coligação.

M. A ordenação dos candidatos em cada uma das listas às freguesias cuja presidência já seja de um dos partidos subscritores é coordenada pelos primeiros candidatos à Assembleia da Freguesia e pelos representantes dos partidos signatários, tendo em conta o contexto global do concelho.

N. Quanto às restantes listas a ordenação dos candidatos será feita de acordo com o Anexo A ao presente Acordo.

O. Os subscritores da coligação comprometem-se ao cumprimento da Lei da Paridade na elaboração de todas as listas a apresentar.

P. O Mandatário/a será designado/a por acordo entre os subscritores da coligação.

Q. Os subscritores da coligação acordam na designação do Mandatário Financeiro, João Paulo Saraiva.

R. O financiamento da campanha eleitoral será garantido por meios financeiros próprios assegurados pela respetiva coligação, de acordo com o critério de repartição a definir por acordo das partes e no escrupuloso cumprimento da legislação em vigor aplicável.

S. A campanha é coordenada pelos candidatos aos órgãos municipais em articulação com a equipa de coordenação executiva, sendo o Diretor de Campanha o presidente desta. Todos os partidos terão representantes, a determinar, na equipa de coordenação executiva.

T. A equipa de candidatos aos órgãos municipais elaborará a estratégia de campanha recolhendo os contributos de todos os subscritores da coligação.

U. A resolução de situações não previstas, que resultem da aplicação do presente Acordo e as dúvidas interpretativas, serão resolvidas mediante decisão conjunta dos signatários do Acordo de Coligação.

V. Será constituída uma comissão de acompanhamento e desenvolvimento do presente Acordo, com delegações de todos os partidos, presididas pelos signatários, em nome dos respectivos partidos. Esta Comissão reunirá regularmente durante o mandato, designadamente antes de decisões estruturantes da política municipal. A iniciativa de convocar as reuniões da comissão de acompanhamento poderá ser de qualquer uma das partes.

Lisboa, 2025